



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 11/2012 -----

-----Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia **28 de maio de 2012**, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **2.168.458,18 € (dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e dezoito cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL-----

1.1.1 – GINASTAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – VOTO DE LOUVOR-----

----- No seguimento da deliberação camarária tomada em reunião de 15 de maio de 2012 e depois das finais regionais disputadas na cidade da Guarda, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação de um voto de louvor pelo mérito desportivo alcançado pelas Ginastas do Grupo de Ginástica Acrobática da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, ao sagrarem-se campeãs em desporto escolar/desportos gímnicos na final nacional do campeonato realizado em Loures, no passado sábado, frisando que “este resultado é fruto do trabalho realizado pela treinadora e do acompanhamento feito pelos encarregados de educação”.-----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

-----Ainda sobre este assunto, o Presidente da Câmara disse que para além de ter recebido aquelas ginastas, no sábado à noite, no Salão Nobre da Câmara Municipal, é sua intenção premiar aquele Grupo de Ginastas com um passeio, subsidiado pela Câmara Municipal, num local à escolha das ginastas, como prémio pela obtenção deste resultado, à semelhança do que é feito no âmbito do desporto federado. Esclareceu assim que é sua intenção apresentar ao executivo uma proposta nesse sentido.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Interveio o vereador Mário Alves referindo entender que “as «coisas» têm que ter sustentabilidade e aquilo que o Sr. Presidente da Câmara pretende propor não tem fundamento legal”. Salientou que “a Câmara tem um regulamento para Desporto Federado e não tem nenhum regulamento para desporto escolar”. Frisou ainda que “o desporto escolar não pode ser comparado com o desporto federado, são modalidades muito diferentes”. Disse reconhecer no entanto que o voto de louvor é merecido, desejando que aquelas ginastas continuem a ocupar parte do seu tempo a praticar desporto pois considera que é uma forma saudável de o fazer.-----

-----Sobre o assunto o vereador José Carlos Mendes referiu que o voto de louvor é merecido, verificando que “o grau de exigência daquele grupo é muito grande e as jovens participantes cumprem na íntegra as regras definidas pela treinadora”. Disse igualmente verificar que, “quer da parte da Escola, através da cedência de espaço necessário aos treinos, quer da parte dos encarregados de educação, há uma grande disponibilidade para acompanharem aquele grupo”, o que, na sua opinião, foi um trabalho conjunto que permitiu a obtenção daqueles resultados. Por esta razão considera que “a intenção do Sr. Presidente da Câmara deve ser devidamente estudada para que nos seja possível reconhecer de outra forma os resultados obtidos por este grupo”.-----

-----O vereador Mário Alves disse entender que o reconhecimento moral não pode ser confundido com o reconhecimento monetário, salientando que “o desporto escolar tem regras, objetivos e apoios concretos, o que não acontece com o desporto federado”. Mais referiu que, “no caso do desporto federado, o apoio que é concedido pela Câmara Municipal, funciona como um incentivo para melhorar aquela prática e bem assim para que os próprios responsáveis tirem o máximo rendimento dos seus atletas”, frisando que “são coisas totalmente diferentes”. Esclareceu que é por essa razão que se refere a “sustentabilidade”, defendendo a cedência de um autocarro à escola e não ao grupo de ginastas para realizarem a dita viagem. Salientou ainda que “nessa perspetiva, não ponho isso em causa, o que ponho em causa é o financiamento monetário, a título de prémio”. Lembrou igualmente que “a Câmara Municipal, numa componente desportiva, já financia as escolas através da atribuição de um subsídio para o desenvolvimento do Plano Anual de Atividades anual”.-----

-----1.1.2 – REUNIÃO NA ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – REVISÃO DE TARIFÁRIOS -

-----A pedido do Presidente da Câmara o vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da empresa Águas do Zêzere e Côa a fim de tratar de assuntos relacionados com a revisão das tarifas de água e saneamento a aplicar aos municípios, ao que o vereador Mário Alves disse bastar-lhe a informação que tem sido veiculada pela comunicação social, tecendo alguns comentários sobre o assunto.-----

-----Pelos senhores vereadores foram ainda tecidas breves considerações relativamente a esta questão.-----

-----O vereador Paulo Rocha prosseguiu dando conta dos assuntos tratados e abordados na referida reunião, esclarecendo que a intenção é criar um mega sistema em Alta, que vai do Zêzere e Côa até o Norte Alentejano, prevendo-se a integração dos sistemas em Baixa, mediante a celebração de acordos de parceria e não por concessão. Disse ainda que só existirá uma integração dos sistemas em Baixa se os municípios assim concordarem, não sendo essa por isso obrigatório aderir a essa integração. Mais informou que a intenção é manter as empresas que têm atualmente, sendo que, no caso do Município de Oliveira do Hospital, a empresa Águas do Zêzere continuaria como responsável pela gestão do sistema em Baixa, para o que pretendem absorver pessoal das autarquias, meios e tudo aquilo que diz respeito à implementação daquele sistema, sem que percam o vínculo às autarquias. Referiu que se prevê a aplicação de uma tarifa única e máxima de 3,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

(três euros)/m³, para água e saneamento, com exclusão do IVA e resíduos. Salientou no entanto que, da parte da empresa que ficar responsável pela faturação, irão ser implementadas três medidas de âmbito social particularmente destinadas a famílias numerosas, a IPSS's e a agregados carenciados. Esclareceu que, ainda assim, se a autarquia entender que a tarifa se mantém elevada poderá a Câmara Municipal vir a assumir a diferença entre aquilo que venha a ser o valor da tarifa e aquilo que se entende seja o valor suportável pelas famílias, para o que será criada uma Comissão Paritária tendo em vista a análise dessas situações. Constatou ainda que, segundo imposição daquela empresa, os municípios terão que tomar decisões relativamente a esta matéria até ao final do ano. --

-----Interveio o vereador Mário Alves referindo que “aquilo que tem sido dito relativamente a esta matéria é que a faturação da água não pode ultrapassar 3% do rendimento das famílias”. Disse no entanto acreditar que, para já, nada irá ser feito em relação a esta matéria uma vez que o próximo ano será um ano eleitoral e nenhum município irá aderir ao sistema com estas imposições, sublinhando que, na sua opinião, o aumento poderá vir a ser gradual. -----

-----No que se refere à revisão dos tarifários por parte do Município de Oliveira do Hospital o Presidente da Câmara deu conta que, apesar de já ter constituído um grupo de trabalho para estudar essa possibilidade, irá aguardar pelos resultados da reunião que a empresa Águas do Zêzere e Côa pretende realizar com os Municípios de Oliveira do Hospital e Seia por força do pedido apresentado pelos dois municípios para abandonarem a parceria celebrada com aquela entidade. -----

-----O vereador Mário Alves disse ainda que, na sua opinião, “o consumidor não irá perceber por que razão é que a Câmara Municipal aumenta os tarifários e não ajusta a política de atribuição de subsídios”. Insistiu assim na necessidade da Câmara Municipal redefinir a política de atribuição de subsídios, definindo novos critérios. Considera que é de capital importância que isso se faça para a vida saudável do município nos próximos anos. -----

-----O Presidente da Câmara disse ser sua intenção apresentar, na próxima reunião da Câmara Municipal, uma listagem dos subsídios anuais, mais substanciais, a atribuir pela autarquia, incluindo às Filarmónicas, aos Ranchos Folclóricos e às Tunas, ao que o vereador Mário Alves lembrou que “mesmo assim, todos juntos recebem menos que dois clubes de futebol”. -----

-----Pelo Presidente da Câmara foi ainda referido que a sua intenção é atribuir o subsídio anual àquelas coletividades e comunicar-lhes de imediato que, para além deste subsídio, não serão atribuídos quaisquer subsídios extraordinários, até ao final do ano. Disse igualmente ser sua intenção propor à Câmara Municipal a redução do montante do subsídio a atribuir às coletividades que não tenham desenvolvido qualquer tipo atividade durante estes últimos anos. Posição que foi corroborada por todos os membros presentes. -----

-----O vereador Mário Alves defendeu ainda a fusão entre coletividades por considerar que seria uma forma de resolver alguns dos problemas presentes e futuros ao nível associativo, nomeadamente no que se refere a edifícios sede. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que todos os protocolos de cedência de escolas que forem celebrados com associações culturais irão obrigar a que a eletricidade seja requerida em seu nome. -

-----O vereador Mário Alves disse lamentar que os senhores dirigentes desportivos e associativos não tenham percebido que o país mudou. Referiu ainda que, na sua opinião, “o facto de a Câmara Municipal continuar a dar o mesmo nível de subsídio às instituições, significa estar a penalizar ainda mais as famílias”, pelo que considera que “mais importante, neste momento, do que as instituições, sejam elas desportivas ou culturais, é a manutenção da família enquanto célula fundamental da sociedade”. Salientou assim que “se não fizermos hoje aquilo que devemos fazer, amanhã será pior”. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara lembrou que “o senhor tem que ter uma base de reserva na ordem de, um milhão de euros, para acorrer à situação atual da rede viária existente no concelho”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----1.1.3 – REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETIVA DA CCDRC - COMISSÃO DE COORDENACÃO DA REGIÃO CENTRO-----

-----A pedido do Presidente da Câmara o vereador José Francisco Rolo também deu conhecimento à Câmara da sua presença numa reunião do Presidente e Comissão Diretiva da CCDRC, realizada em Pampilhosa da Serra, com os autarcas e entidades parceiras do Pinhal Interior Norte, dando conta que entre os assuntos tratados e abordados na mesma foi feita uma auscultação aos municípios relativamente às condições de reprogramação do QREN e Mais Centro. Verificou que a intenção é retirar todas as verbas dos projetos que estão sem execução, designadamente os públicos municipais, a fim de serem reorientadas para reforçar medidas de apoio, prioritariamente às empresas e para o Ministério da Economia e para as medidas de apoio ao emprego e empreendedorismo. Prosseguiu prestando informações adicionais relativamente a esta matéria. -----

-----Interveio o vereador Mário Alves referindo que “segundo informação veiculada pela comunicação social a reprogramação do QREN já está feita”, frisando que, na sua opinião, “o acordo que pretendem assinar com os municípios é para calar os autarcas”. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----1.1.4 – PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A. -----

-----O vereador Paulo Rocha deu igualmente conhecimento à Câmara Municipal que por força da Lei que regula o setor empresarial local, em que os municípios associados têm que compartilhar quando os resultados de exploração acrescidos dos encargos financeiros são negativos, a empresa Município solicitou à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital essa comparticipação, mediante aquilo que é a ponderação do capital daquela entidade. Disse que estará em causa o pagamento de cerca de 2.184,00 € (dois mil, cento e oitenta e quatro euros), dando, no entanto, conta que trará, na próxima reunião, uma informação relativamente a esta matéria, para análise do executivo, uma vez que será necessário efetuar uma revisão orçamental para inclusão da classificação económica que permitirá à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital pagar aquele montante. Mais informou que a par com aquele pedido, o Sr. Presidente da Câmara irá apresentar numa próxima reunião uma proposta para vender a participação social naquela entidade, com base em alguns pressupostos, tendo prestado esclarecimentos adicionais relativamente a esta matéria. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----1.1.5 – ASSEMBLEIA GERAL DA ADXTUR-----

-----O vereador José Francisco Rolo deu ainda conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na Assembleia Geral da ADXTUR, que teve lugar no passado dia 17 de maio, onde foi feita a apresentação das Contas do ano de 2011, dando conta que, para além dos assuntos tratados e abordados na mesma, nomeadamente no que se refere à existência de verbas resultantes da contratualização com o Programa Mais Centro, para financiamento do Programa da Rede das Aldeias do Xisto foi ainda analisado a falta de cumprimento por parte dos municípios relativamente ao pagamento das quotas. Esclareceu que o Município de Oliveira do Hospital, ao contrário de outros municípios parceiros, não tem qualquer dívida para com aquela entidade. Disse ainda que, do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que depreendeu a ADXTUR irá apresentar aos municípios parceiros uma proposta de redução da quota para 50%. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

----- **1.1.6 – ADESA**-----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal das dívidas à ADESA por parte dos municípios constituintes, dando conta que o Município de Oliveira do Hospital tem um saldo positivo de 14.807,00 € (catorze mil, oitocentos e sete euros). Prestou ainda informações adicionais relativamente a esta matéria. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

----- **1.1.7 – REUNIÃO COM O SR. MINISTRO DA SOLIDARIEDADE E AÇÃO SOCIAL**-----

-----A pedido do Presidente da Câmara o vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião com o Sr. Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares, pela qual se fez acompanhar da Sr^a Vice-Presidente da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla e a Dr^a Maria José Falcão de Brito, que teve lugar na passada sexta-feira, visando a análise do projeto para instalação da Casa da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla. Verificou que, do diálogo tido com o Sr. Ministro, percebeu que poderá haver verba disponível para a sua construção mas não para o seu funcionamento. Esclareceu ainda que, entre os assuntos tratados e abordados na mesma, ficou assente de que haverá disponibilidade para o Hospital da Fundação Aurélio Amaro Dinis melhorar as atuais instalações e partilhar recursos e meios com a Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, tendo prestado esclarecimentos adicionais relativamente a esta matéria. Concluiu dando conta que endereçou o convite do Presidente da Câmara ao Sr. Ministro da Solidariedade e Segurança Social para visitar o concelho de Oliveira do Hospital, desejando que a mesma se concretize brevemente. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

----- **1.2.1 - EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE CAMIONAGEM EM OLIVEIRA DO HOSPITAL”**-----

-----O vereador Mário Alves reportou-se à deliberação de abertura do procedimento acima identificado tomada em reunião de 15 de maio de 2012, referindo ter a ideia de que a Central de Camionagem, no futuro, para ser financiada no âmbito do QREN, requer a aprovação do respetivo projeto por parte do ITT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. Solicitou assim ao Sr. Presidente da Câmara que averiguasse esta questão a fim de evitar problemas no futuro.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara esclareceu que, segundo informação da CCDRC, para que a Câmara Municipal consiga garantir o financiamento da obra é necessário que se crie uma Área de Reabilitação Urbana e um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a cidade ou para uma zona da cidade de Oliveira do Hospital. Prestou ainda informações adicionais relativamente a esta questão tendo por base um documento remetido pela CCDRC, sublinhando que “as exigências são muitas”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves referiu que, na sua opinião, e face aos critérios exigidos, ou há uma decisão mais política do que técnica, para o seu enquadramento, ou caso contrário a Câmara Municipal não obterá qualquer financiamento para a obra. Entende assim que, nessa impossibilidade, o Sr. Presidente da Câmara deve negociar a intervenção na zona histórica da cidade, por existir plano já elaborado e exigido pela CCDRC”, ao que o Presidente da Câmara admitiu não descurar essa possibilidade. -----

-----**1.2.2 – CRIAÇÃO DE MEGA AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**-----

-----O vereador Mário Alves reportou-se à criação dos Mega Agrupamentos tendo questionado o Presidente da Câmara sobre se, face às últimas notícias veiculadas pela comunicação social, se prevê o reagrupamento de algumas escolas do concelho de Oliveira do Hospital, ao que o Presidente da Câmara respondeu que não. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu tratar-se de um procedimento que foi distribuído em duas fases, prevendo-se no entanto que o reagrupamento de escolas em Oliveira do Hospital apenas ocorra na segunda fase deste processo. -----

-----Os senhores vereadores teceram breves considerações relativamente a esta matéria bem como em relação a outras relacionadas com a educação no concelho de Oliveira do Hospital. -----

2 - ORDEM DO DIA-----

2.1 - LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE DESPORTIVA-----

-----**2.1.1 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS - CICLOTURISMO-2012**-----

D.A.G.F./Proc.69/4

-----No âmbito das atividades extra curriculares, e englobado no Plano Anual de Atividades, requer autorização para a realização de um Passeio de Cicloturismo com os alunos do 2º e 3º Ciclos daquele agrupamento, a ter lugar no próximo dia 6 de junho do corrente ano, entre as 9:00 horas e as 16:00 horas, envolvendo o trajeto Oliveira do Hospital, São Paio de Gramaços, Lagos da Beira, Nogueirinha, Meruge, Lajeosa e Oliveira do Hospital. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido passeio de cicloturismo nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Atividades Sujeitas a Licenciamento Municipal.** -----

-----**Foi igualmente deliberado isentar o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do Regulamento Geral de Taxas Municipais.**-----

2.2 - LICENCIAMENTO PARA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO MUNICIPAL-----

-----**2.2.1 - ASSUNÇÃO & TAVARES, LDA.**-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para utilização privativa do domínio municipal para instalação de uma esplanada, com a área de **10m²**, junto ao seu estabelecimento denominado “Café Portugal”, ou seja, na parte mais larga do passeio, entre a antiga casa de materiais “José Marques de Assunção” e a figueira, na cidade de Oliveira do Hospital, para o período de 1 de junho a 31 de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

agosto de 2012.-----

-----**Analisado e colocado à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho, Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves, deferir o pedido, condicionado a que os serviços da Câmara Municipal se desloquem ao local a fim de procederem à demarcação da área efetivamente necessária para instalação da esplanada em causa, para que a mesma não interfira ou inviabilize a circulação de peões.**-----

-----**2.2.2 – BEIRARÉGIS, LDA.**-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----No seguimento da deliberação camarária de 16 de abril de 2012, em que foi deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido de concessão de licença de utilização privativa do domínio municipal, com uma área de 20m², para instalação de uma esplanada fixa de apoio ao estabelecimento de bebidas, de que é proprietária a entidade acima mencionada, foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta remetida pela mesma, devidamente fundamentada, a contestar a decisão da Câmara Municipal, solicitando para o efeito a reapreciação do licenciamento da esplanada em causa.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara informou os senhores vereadores que após visita ao local, percebeu que, caso a esplanada seja colocada sobre uma plataforma do lado esquerdo do edifício não prejudicará a circulação de peões naquele local, posição que foi corroborada pelo vereador Paulo Rocha.-----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes dando conta que também visitou o espaço em apreço e que após análise percebeu que, se efetivamente a esplanada for colocada da forma como foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara não inviabilizará a circulação de peões naquele local. Disse ainda considerar que “se queremos ter dinâmica na cidade e que os empresários do concelho continuem a investir e a criar espaços atrativos, a Câmara Municipal também não pode “fechar a porta” a determinadas situações como esta em que uma esplanada é fundamental para a exploração em causa”. Declarou estar disponível para votar favoravelmente a instalação da referida esplanada, com os condicionalismos referidos pelo Sr. Presidente da Câmara, à semelhança do que foi feito com o pedido de licenciamento apresentado pela firma Assunção & Tavares (Café Portugal), que na sua perspetiva, também causa alguns transtornos aos peões.-----

-----O vereador Mário Alves disse entender que “estamos a falar de coisas diametralmente diferentes”, explicando que o pedido em apreço é para colocação de uma estrutura fixa com 60 cm acima do nível do solo e uma lateral a vedar a esplanada com 1.15 m, ao que o Presidente da Câmara esclareceu que essa foi a razão da sua visita ao local mas que a sua intenção é propor à Câmara Municipal o deferimento do licenciamento com base noutros condicionalismos.-----

-----**A Câmara Municipal, após a análise da exposição apresentada e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e o voto contra do vereador Mário Alves, autorizar o licenciamento da esplanada em causa desde que a mesma seja colocada do lado direito do alçado principal do edifício, salvaguardando a serventia/ portão existente, sobre uma plataforma fixa e devidamente nivelada ao solo, por discordar das medidas que foram apresentadas no requerimento em apreço.**-----

-----**2.2.3 - GIORGIO SANDRIN**-----

D.A.G.F./Proc.47/10



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de 18m², junto ao seu estabelecimento, sito na Rua do Ameal nº 18 A-B, na cidade de Oliveira do Hospital, para o período de 1 de maio a 30 de setembro de 2012. -----

-----Analisado e colocado à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, com a obrigatoriedade de colocação no local de um separador amovível que permita delimitar a área da respetiva esplanada e a área da entrada do prédio, para que a mesma não interfira na circulação de peões ou inviabilize a entrada no edifício. -----

2.3 - BALANÇO DE EXECUÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA -----

-----O Presidente da Câmara distribuiu pelos senhores vereadores cópia do relatório de execução das Juntas de Freguesia/2011, para análise e discussão na próxima reunião.-----

2.4 - COMISSÃO DE PRAZE DA ESTGOH - SEMANA ACADÉMICA 2012 -----

D.A.G.F./Proc.69

-----Nos termos do disposto no nº 2, do artº 29º, do Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de dezembro, participa que no próximo dia 31 de maio, pelas 15:00 horas, irá realizar-se nas ruas da cidade de Oliveira do Hospital o Cortejo Académico, decorrente da Semana Académica/ 2012.-----

-----Ainda no âmbito da Semana Académica/2012, solicita a permissão para a realização da Serenata, no dia 29 de maio, pelas 0:00 horas, nas escadas do edifício dos Paços do Município, com utilização de fogo-de-artifício e bem assim a cedência do Parque do Mandanelho para o dia 3 de junho, pelas 11h00, para realização da Missa da Bênção das Pastas. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, atender ao solicitado. -----

2.5 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO EM SEIXAS DA BEIRA – FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA -----

D.A.G.F./DOC.2

-----No seguimento da deliberação camarária tomada em reunião de 15 de maio de 2012, e tendo presente o parecer técnico/avaliação relativo ao prédio urbano nº 738, sito ao Largo da Capela, nº 6, Lugar das Seixas, freguesia de Seixo da Beira, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção do vereador Mário Alves, adquirir ao Sr. António Coelho, viúvo, residente no lugar de Seixas da Beira, freguesia de Seixo da Beira, o prédio urbano acima descrito, com a área de 155,50 m², pelo montante de 25.810,00 € (vinte e cinco mil, oitocentos e dez euros), tendo o vereador Mário Alves declarado abster-se na aprovação da presente proposta por entender que, face às características do prédio em causa, o valor da aquisição continua excessivo e bem assim pelo facto de considerar que o parecer em análise carece de informação adicional, nomeadamente no que diz respeito ao cálculo método de custo dos elementos (valores) que serviram de base à obtenção do valor referido. -----

2.6 - BLC3 - PLATAFORMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO INTERIOR CENTRO - EMISSÃO DE CARTA CONFORTO -----

D.A.G.F.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal, a pedido da *BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro* (carta com o registo de entrada nº 4998, de 24 de maio de 2012) e sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por unanimidade, emitir uma Carta Conforto dirigida à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital, C.R.L, em como a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, enquanto órgão executivo do Município de Oliveira do Hospital, assegura firmemente que, na qualidade de associada da BLC3 e no âmbito dos deveres assumidos, se esforçará para que aquela entidade, cumpra atempadamente as obrigações assumidas decorrentes do contrato de abertura de crédito em conta corrente caucionada, a assinar entre a mesma e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital, visando a concessão de um empréstimo de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros) para conclusão do projeto BioREFINA-Ter, objeto de financiamento do Fundo Florestal Permanente. -----

-----Ainda sobre este assunto e tendo presente a carta acima referida, remetida pela BLC3, o vereador Mário Alves demonstrou ter algumas dúvidas relativamente ao teor da mesma, nomeadamente no que se refere ao prazo de execução do projeto em causa (termina no dia 31 de julho de 2012), tendo questionado o Presidente da Câmara sobre se é em dois meses que aquela entidade vai construir os laboratórios e infraestruturas necessários ao desenvolvimento do projeto acima referenciado. Referiu-se ainda ao primeiro parágrafo da carta em causa questionando igualmente o Presidente da Câmara sobre se, uma vez que a ESTGOH vai utilizar aqueles laboratórios, não devia a escola ter o cuidado em criar um ou mais cursos para potenciar aquelas Instalações. -----

-----O Presidente da Câmara disse concordar com o vereador Mário Alves referindo, no entanto, que a BLC3 solicitou a prorrogação do prazo do projeto, ao que o vereador José Francisco Rolo esclareceu que “se bem se recordam foi acertado e definido um curso de mestrado entre a Escola Superior Agrária e a ESTGOH, com a colaboração da BLC3. Acontece que, o desenho do curso de mestrado foi apresentado junto da Escola Agrária para ser objeto de candidatura, que não teve qualquer sequência no quadro daquilo que são as relações e os poderes entre as várias escolas e aquilo que são as decisões do Conselho de Gestão do IPC. Ainda assim o curso foi anunciado e publicitado, o problema é que não se concretizou. E mais uma vez foi a ESTGOH que não foi devidamente apoiada pelo IPC”. -----

-----O vereador Mário Alves disse no entanto entender que “não se resolve esta questão com a criação de um curso de mestrado mas sim com a criação de um curso de três anos, iniciado na ESTGOH, que possa potenciar este tipo de investimentos”. Considera assim que “mais uma vez fazem-se investimentos que não são rentabilizados”. Prosseguiu referindo que, na sua opinião, “este projeto era interessante quer para a ESTGOH, quer para a BLC3”. -----

2.7 - PROCESSO JUDICIAL Nº 166 - 11.4BECBR - AUTORES: RUI MIGUEL SIMÕES MARQUES E MARIA DE LURDES RODRIGUES DA CRUZ - (AÇÃO CONTRA ENGª ALZIRA) -----

D.A.G.F./DOC.3

-----No âmbito do processo judicial mencionado em epígrafe que opõe o Sr. Rui Miguel Simões Marques e Maria de Lurdes Rodrigues da Cruz, residentes em Aldeia Formosa, freguesia de Seixo da Beira, à Câmara Municipal e Engª Alzira Fontes Frade e tendo presente a informação elaborada pelo Jurista, Dr. Armando Pinto Correia, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, propondo a celebração de um acordo judicial entre as partes, nos termos constantes da mencionada informação, o Presidente da Câmara colocou o assunto a discussão dos vereadores. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- Interveio o vereador Mário Alves referindo que discorda do teor da informação em apreço, bem como da “mistura” de processos que é feita na mesma, tecendo breves considerações relativamente a esta matéria.-----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “em processos desta natureza e em nome da transparência não há nada melhor que uma decisão judicial”. Disse ainda que “este tipo de acordos traduz em parte a “promiscuidade” que, normalmente, existe entre o interesse público e interesse privado”, entendendo assim que “as águas devem ser devidamente separadas”. Mais declarou que “e porque a leitura que faço é assim, votarei contra a celebração deste acordo pelas razões já aduzidas”.-----

-----O Presidente da Câmara disse tratar-se de um processo muito complexo, tendo prestado alguns esclarecimentos adicionais sobre o mesmo, nomeadamente no que se refere à atuação da Eng^a Alzira Fontes Frade no âmbito do mesmo, sublinhando que a sua intenção é encontrar uma solução que ponha fim a este contencioso e às duas ações.-----

-----O vereador Mário Alves explicou que “a Lei diz que o Técnico que assina o projeto é responsável por todas as informações constantes no processo, ora, quando a Câmara Municipal aprecia o processo, fá-lo com base nas informações que lhe são prestadas”. Entende assim que “a Câmara Municipal não pode ser responsabilizada por algo que não é da sua responsabilidade, pelo que, para evitar quaisquer confusões e por uma questão de transparência, não podem estes processos ser misturados”. Concluiu referindo que “isto é uma “mistura explosiva” entre interesses privados e aquilo que deve ser a defesa do interesse público que deixa a Câmara Municipal mal colocada”.----

-----O Presidente da Câmara clarificou que a sua intenção é encontrar uma solução que ponha fim a este contencioso e às duas ações, sublinhando que “não há aqui favorecimento nenhum”.-----

-----Tomando uso da palavra o vereador José Carlos Mendes salientou que, na maior parte das vezes, é favorável à celebração de acordos entre as partes, antes de se avançar com processos nos tribunais, contudo, no que se refere ao processo em apreço, verifica que, à partida, a técnica que apresentou o projeto é a pessoa responsável por toda esta situação. Por esta razão declarou votar contra a celebração do referido acordo judicial.-----

-----**Em seguida foi a presente proposta colocada à votação, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e os votos contra dos vereadores Mário Alves, José Carlos Mendes e Telma Martinho, conforme intervenções acima aduzidas, autorizar a assinatura de um acordo judicial entre as partes nos termos constantes da informação acima mencionada, que se dá como anexa à respetiva ata, tendo o vereador Paulo Rocha declarado votar favoravelmente a presente proposta, com a ressalva de que “o valor a ser pago de indemnização pela Câmara Municipal diz respeito ao processo movido contra a autarquia”.--**

2.8 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**2.8.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.P.G.T./DOC.4

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 12 e 24 de maio de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

2.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----2.9.1 - MAPA DE TRANSPORTES -----

D.A.G.F./DOC.5

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 14 e 28 de maio, e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. --- -----

-----2.9.2 - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PROFESSOR VIRGÍLIO HALL DA FONSECA - CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO -----

D.A.G.F./DOC.6

-----Tendo presente os Estatutos e a Ata da tomada de posse da Comissão Instaladora da Associação de Solidariedade Social Prof. Virgílio Hall da Fonseca, documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal que aquela Associação foi legalmente constituída no passado dia 4 do corrente mês, a fim de prosseguir os fins do legado do Prof. Virgílio Hall da Fonseca.-----

-----Assim e para o efeito, propôs à Câmara Municipal que no seguimento do ofício nº4/2012, datado de 24 de maio, remetido por aquela entidade, atribua à Associação de Solidariedade Social Prof. Virgílio Hall da Fonseca um subsídio no montante de **5.000,00 € (cinco mil euros)** para fundo de maneo daquela Associação. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação.-----

-----Mais foi deliberado que, no âmbito do legado em numerário do Prof. Virgílio Hall da Fonseca ao Município de Oliveira do Hospital no valor atual de 350.518,52 € (trezentos e cinquenta mil, quinhentos e dezoito euros e cinquenta e dois cêntimos) seja solicitada à Assembleia de Freguesia de Lagos da Beira uma tomada de deliberação quanto à valia da Associação ora constituída para a gestão daquele legado que virá a ser transferido, nos termos testamentários, para a mesma, aquando da execução de futura obra de âmbito social, a aprovar nos termos legais, de acordo com a evolução dos trabalhos e respetivos autos de medição, servindo igualmente para o suporte de outras despesas consideradas imprescindíveis e inadiáveis por aquela entidade nos termos do protocolo a celebrar entre as partes. -----

3 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES: -----

3.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO: -----

3.1.1 - AÇÃO SOCIAL -----

-----3.1.1.1 – REALIZAÇÃO DE TRABALHO COMUNITÁRIO – ANABELA NUNES CARDOSO SILVA -----

D.A.G.F.

----- Tendo presente a informação social nº 14/GASS, datada de 15 de maio de 2012, o vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal que, no seguimento da deliberação tomada em reunião de 24 de janeiro de 2012, relativa à atribuição de um subsídio de emergência social de 500,00 € (quinhentos euros) à Srª Anabela Nunes Cardoso Silva e em contrapartida fosse efetivado, pela própria, trabalho comunitário, aquela senhora foi integrada na Santa Casa da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Misericórdia de Galizes, a 25 de janeiro de 2012, onde prestou 156 horas de trabalho socialmente útil, cumprindo com o previsto no acordo de cooperação. Mais informou que apesar de terem sido, inicialmente, registadas algumas falhas de assiduidade, a D. Anabela acabou por realizar na totalidade o número de horas a que se comprometeu. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.1.1.2 – REALIZAÇÃO DE TRABALHO COMUNITÁRIO – ANTÓNIO MANUEL BRITO MARQUES**-----

D.A.G.F.

----- Tendo presente a informação social nº 15/GASS, datada de 15 de maio de 2012, o vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal que, no seguimento das deliberações camarárias de 5 de julho e 13 de setembro de 2011, relativa à anulação dos conhecimentos de dívida referentes ao consumo de água em nome do Sr. António Manuel Brito Marques, respeitantes à habitação sita na Rua do Rossio, nº 14, em, Lagares da Beira, no montante de 699,20 € (seiscentos e noventa e nove euros e vinte cêntimos), e em contrapartida fosse efetivado, pelo próprio, trabalho comunitário, aquele senhor foi integrado na Junta de Freguesia de Lagares da Beira a 3 de setembro de 2011, onde prestou 218 horas de trabalho socialmente útil até ao dia 21 de abril de 2012, cumprindo com o previsto no acordo de cooperação.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRAÇA SILVA:-----

-----**3.2.1 – REUNIÃO DO GRUPO 3 DO PROJETO DE AÇÃO LOCAL**-----

-----A vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal que o Grupo 3 do Projeto de Empreendedorismo de Ação Local da CIMPIN, composto por representantes dos Municípios de Góis, Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, reuniu no passado dia 23 de maio, dando conta que estiveram ainda presentes nesta reunião as entidades parceiras dos vários municípios. Salientou que o principal objetivo desta reunião de trabalho foi ajustar a funcionalidade entre o Gabinete do Empreendedor e os seus parceiros no sentido de ser criado um conjunto de documentação destinada aos empreendedores visando a apresentação de projetos. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.2.2 – PROJETO EDUCATIVO LOCAL**-----

-----A vereadora Graça Silva deu ainda conhecimento à Câmara Municipal que a terceira fase do projeto “Desenvolvimento do Projeto Educativo” vai iniciar-se, hoje, com uma reunião do I Grupo, onde estarão representados os Diretores dos vários Agrupamentos de Escolas, da Escola Secundária e da EPTOLIVA, para começarem a trabalhar nos projetos educativos das diferentes escolas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.2.3 – JORNADAS DO TEATRO ESCOLAR/EDIÇÃO DO FESTIVAL INFANTIL DA CANÇÃO/2012**-----

-----A vereadora Graça Silva deu igualmente conhecimento à Câmara Municipal que as jornadas de teatro escolar “Dramatizando” já terminaram, dando conta que ao longo de dois fins de semana realizaram-se 4 sessões de teatro escolar (18 peças de teatro) em que estiveram envolvidos mais de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

200 alunos dos vários Agrupamentos de Escolas do Concelho, da Escola Secundária e da EPTOLIVA, agradecendo a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta iniciativa. -----

-----Concluiu dando conta que a próxima edição do Festival Infantil da Canção/2012 vai ter lugar no dia 2 de junho, no Parque do Mandanelho, convidando os senhores vereadores a estarem presentes. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA: -----

-----**3.3.1 – LICENCIAMENTO ZERO – INFORMAÇÃO**-----

D.A.G.F.

-----Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e no seguimento da sua informação prestada em reunião da Câmara Municipal de 20 de março de 2012, o vereador Paulo Rocha deu conta que já se registaram alguns avanços relativamente a esta matéria, sublinhando que “o Governo, na última reunião do Conselho de Ministros, decidiu colocar em audição uma nova legislação sobre o licenciamento de espetáculos”. Disse ainda que “isto significa que vai haver alterações em tudo aquilo que fizemos até à data”.Deu conta que ainda assim os projetos de regulamento (Horários de Funcionamento dos estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Oliveira do Hospital; do Exercício de Atividades Diversas no Município de Oliveira do Hospital; de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Oliveira do Hospital e Projeto de Alteração do Regulamento Geral de Taxas Municipais – Tabela Anexa), aprovados em reunião de 6 de março de 2012, manter-se-ão, mas só serão submetidos a inquérito público depois da Câmara Municipal ter conhecimento das alterações que foram efetuadas pelo Governo.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 – OUTROS ASSUNTOS: -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

4.1 – IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS PRECES -----

D.A.G.F./DOC.7

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta remetida pela Irmandade de Nossa Senhora das Preces, devidamente instruída com ata da reunião da mesa da Irmandade, a dar conta que deliberou, em reunião de 20 de maio de 2012, fixar regras para a realização da Romaria de Nossa Senhora das Preces, que terá lugar nos dias 30 de junho e 1 de julho do ano em curso e bem assim a convidar os membros do executivo a participarem na referida romaria. Remete assim o Aviso/Regulamento da Romaria de Nossa Senhora das Preces, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, para aprovação da Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 4º do artº 22º do Decreto-Lei nº 42/2008, de 10 de março. -----

-----Depois de analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Aviso/Regulamento da Romaria de Nossa Senhora das Preces a levar a efeito no ano de 2012, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.--



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

4.2 - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL DE PENALVA DE ALVA --

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Em aditamento à deliberação camarária de 24 de janeiro do corrente ano, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que antecipe o pagamento ao Centro de Desenvolvimento Sociocultural de Penalva de Alva, do montante de **50.000,00 € (cinquenta mil euros), inicialmente definido a pagar no ano de 2013**, destinado a apoiar aquela IPSS na construção do “Centro Recreativo de Penalva de Alva”, cujo projeto foi objeto de candidatura apresentada e aprovada no Subprograma 1 do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, para financiamento através da DGOTDU – Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, por força da evolução da obra, bem como da não receção por essa entidade, até à presente data, de qualquer valor referente ao cofinanciamento do Estado. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

4.3 – EMPREITADA DE “ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO À MOITA, FORMARIGO E CARVALHA – PENALVA DE ALVA” – MINUTA DE CONTRATO -----

D.O.S.M./DOC.8

-----No seguimento da deliberação camarária de 3 de maio de 2012 e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CCP – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato referente à execução da empreitada mencionada em epígrafe, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
29 DE MAIO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 29 de maio de 2012-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
29 DE MAIO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**